



Proposta que põe fim à guerra fiscal está na pauta do Plenário

Vai à votação final projeto do Senado que convalida incentivos de ICMS concedidos irregularmente pelos estados e flexibiliza exigência para aprovação no Confaz

O projeto que pretende acabar com a guerra fiscal nos estados deve ser votado pelo Plenário do Senado na quarta-feira. O substitutivo que veio da Câmara recebeu ajustes pontuais do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ricardo Ferraço. O parecer foi aprovado na semana passada.

O senador Armando Monteiro considera que há consciência de que a concessão desenfreada de incentivos do ICMS, principal tributo estadual, provocou concorrência predatória entre os estados,

perda significativa de receita estadual, estimada no parecer da CAE na ordem de R\$ 60 bilhões por ano, e insegurança jurídica às empresas. Muitos convênios foram feitos sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária e se tornaram inconstitucionais. O Supremo indicou que pode aprovar súmula vinculante sobre o assunto. Isso transformaria os benefícios em dívidas tributárias.

Além disso, divergências de interpretação pela Receita Federal têm provocado questionamentos administrativos e na Justiça. **3**



Relator, Ferraço fala com Armando (E) na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que enviou o projeto ao Plenário

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 4/7/2017



Alan Santos/PR

Ministro da Integração, Helder Barbalho conversa com Eunício no Palácio do Planalto sobre obras no Rio São Francisco

Como presidente, Eunício recebe Helder Barbalho

Na sexta-feira, como presidente da República em exercício, Eunício Oliveira recebeu o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, para conversa sobre a viagem do ministro ao Ceará para vistoriar obras de transposição de águas do Rio São Francisco. Em 2 de agosto, em

audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional, o ministro deve explicar quais são as ações da pasta no reinício das obras e tratar da revitalização do rio.

Eunício também recebeu o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Alexandre Barreto. **2**

Congresso votará LDO e recursos para passaporte antes do recesso

O Congresso deve se reunir antes do recesso parlamentar para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 e o projeto que libera R\$ 102,4 milhões

para regularizar a emissão de passaportes, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele marcou sessão para quarta-feira. Pauta inclui vetos presidenciais. **4**

Votação de mudanças na CLT deve ser concluída amanhã

O Plenário deve concluir amanhã a votação da reforma trabalhista. O projeto será votado na forma do texto aprovado pela Câmara. Na quarta-feira, o Plenário pode confirmar a subprocuradora-geral da República Raquel Dodge como chefe do Ministério Público Federal. **4**

Comissão discute Lei Kandir em seminário em Mato Grosso

Um seminário em Cuiabá vai discutir, hoje e amanhã, alterações na Lei Kandir. Participarão do debate integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa propostas para mudar a lei. **2**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovensenador

Parceria:

Realização:

Eunício recebe ministro da Integração e diretor do Cade

Como presidente da República em exercício, Eunício conversou com Helder Barbalho sobre as obras de transposição do Rio São Francisco e, na quinta-feira, sancionou lei que cancela precatórios não sacados

PRESIDENTE DA REPÚBLICA em exercício, Eunício Oliveira recebeu na sexta-feira o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. Eles conversaram sobre a viagem do ministro ao Ceará para visitar obras de transposição do Rio São Francisco, que foram retomadas no estado depois de impasse na Justiça.

Está marcada para 2 de agosto uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado para que o ministro explique quais são as ações da pasta no reinício das obras. Ele também deve falar sobre o programa de revitalização do Rio São Francisco.

Mais cedo, Eunício recebeu o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto, e o senador Elmano Férrer (PMDB-PI).

Na quinta-feira, Eunício sancionou, como presidente da República em exercício, a Lei 13.463/2017, que cancela precatórios e requisições de pequeno valor federais depositados há mais de dois anos que não tenham sido sacados.



Eunício (D) recebe no Palácio do Planalto, na sexta, o senador Elmano Férrer

A nova lei entrou em vigor com a publicação no *Diário Oficial da União* de sexta-feira.

O texto tem origem no PLC 57/2017, de autoria do governo federal e aprovado pelo Senado na quarta-feira. Com a sanção, o governo passa a incorporar ao orçamento público os valores desses precatórios.

Pelo menos 20% do total cancelado deverá ser aplicado pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino e 5% no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Após o cancelamento do precatório ou da RPV, o credor deverá ser comunicado e poderá pedir novo

ofício para reaver os valores. Com a nova regra, o governo calcula em R\$ 8,6 bilhões o reforço ao caixa da União.

Viagem

Eunício assumiu a Presidência da República até sábado devido a viagens para o exterior do presidente Michel Temer, que participou da reunião do G-20 na Alemanha, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, à Argentina. Antes de Eunício, os então presidentes do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL), José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Mauro Benevides já haviam assumido interinamente a Presidência.

Comissão participa de seminário sobre mudanças na Lei Kandir

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) participam hoje de um seminário em Cuiabá destinado a debater o PLS 288/2016, que altera a Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996). A audiência pública, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, terá participação também da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa propostas para mudar a lei.

O autor do pedido de audiência, senador Wellington Fagundes (PR-MT), destacou a necessidade de mudança na legislação para a compensação da União a estados, Distrito Fe-

deral e municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do ICMS.

A audiência pública será presidida por Wellington. O representante da Câmara dos Deputados será o deputado Ezequiel Fonseca (PP-MT).

O seminário abre a 1ª Marcha a Cuiabá em Defesa dos Municípios, evento da Associação Mato-Grossense de Municípios e da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso. O seminário ocorre hoje e amanhã.

O evento será transmitido ao vivo pela internet pelo canal da TV Senado no YouTube.

CPI da Previdência fará audiência com trabalhadores rurais

A CPI que analisa as contas da Previdência fará hoje uma audiência pública interativa com representantes dos trabalhadores do setor agrícola e de reciclagem, dando prosseguimento ao ciclo de debates sobre o tema. Esta é a 21ª reunião da CPI, que já ouviu representantes de diversos setores da sociedade para debater a situação da Previdência e as consequências da reforma previdenciária no Brasil. A CPI é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e tem como vice-presidente e relator os senadores Telmário Mota (PTB-RR) e Hélio José (PMDB-DF).

Rodovia em Goiás ganha nome de empresário de transportes

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de quinta-feira a Lei 13.462/2017, que denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso um trecho da BR-060, em Goiás. O trecho que teve o nome mudado é entre Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, a 8 quilômetros de Jataí (GO).

A lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 208/2015, aprovado no Senado no dia 20.

O relator, Wilder Morais

(PP-GO), destacou o pioneirismo do empresário.

— O trecho da BR-060 foi um dos mais beneficiados por ele. Ali ele investiu tempo, dinheiro, esperança, suor. Com seus recursos e seu destemor, tornava transitável a estrada esquecida pelo governo. Foi motorista, cobrador, mecânico de beira de estrada, desatolador de ônibus, empreendedor, pioneiro, investidor, tudo o que faz dele merecedor da lembrança do Congresso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

CDH Aposentadoria de enfermeiros

9h Audiência pública discute aposentadoria especial para enfermeiros.

IFI Divulgação de relatório

10h Divulgação do relatório de julho da Instituição Fiscal Independente.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

CPI DA PREVIDÊNCIA Setor agrícola

14h30 Audiência pública com trabalhadores e produtores rurais.

CCT Panorama da ciência

9h Audiência sobre a ciência brasileira.

CJ Cobrança de esgoto

9h Na pauta, o PLS 291/2013, que regula a cobrança por esgoto, e mais 6 itens.

CAE Cana-de-açúcar na Amazônia

10h A comissão pode votar o PLS 626/2011, sobre o cultivo de cana na Amazônia Legal, e mais 19 itens.

CE Equipamento pedagógico básico

11h30 Entre os 14 itens, o PLS 525/2009, que institui as condições para o equipamento pedagógico de escolas da educação básica.

MP 778/2017 Débitos com a Fazenda

14h30 A comissão da MP, sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, analisa relatório.

MP 780/2017 Débitos com autarquias

14h30 A comissão da MP, que institui o programa de regularização de débitos não tributários com autarquias, faz audiência.

MP 781/2017 Fundo Penitenciário

14h30 A comissão da MP, sobre a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional, analisa relatório.

CMO LDO 2018

14h30 Reunião sobre a LDO 2018.

MP 776/2017 Registro de nascimento

15h A comissão da MP, que permite registrar recém-nascido em local diferente do nascimento, elege presidente.

MP 784/2017 Acordos de leniência

15h Instalação da comissão da MP, que dá ao BC o poder de assinar acordos de leniência.

CCT Radiodifusão comunitária

8h30 Na pauta de 39 itens, 34 autorizações para serviços de radiodifusão comunitária.

CDR Estâncias

8h30 A comissão pode votar o PLC 147/2015, sobre estâncias, e mais 8 itens.

CAS Diretoria da ANS

9h A análise de Rodrigo Aguiar para a diretoria da ANS está na pauta de 15 itens.

CTFC Mensagens subliminares

9h Entre os 16 itens, o PLC 30/2017, que vetta mensagem subliminar na propaganda em rádios.

CJ Sabatina para a PGR

10h Sabatina de Raquel Dodge.

CRA Política de pesquisa agropecuária

14h Define plano de avaliação da política.

MP 777/2017 Taxa de Longo Prazo

14h A comissão da MP, que cria a Taxa de Longo Prazo, faz audiência.

CMO Emendas à LDO

14h Análise de emendas à LDO.

CONGRESSO LDO e análise de vetos

19h Vetos, LDO e verba para passaporte.

MP 777/2017 Taxa de Longo Prazo

9h Audiência pública da comissão da MP.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Chega à fase final de tramitação o projeto original do Senado que convalida incentivos do ICMS concedidos irregularmente e acaba com a aprovação unânime do Confaz

Plenário vota fim da guerra fiscal na quarta

Cintia Sasse

MAIS DE TRÊS anos após o início de sua tramitação no Senado, o projeto que pretende acabar com a guerra fiscal nos estados (PLS 130/2014) pode ter decisão final no Plenário na quarta-feira. O texto substitutivo que veio da Câmara dos Deputados foi ajustado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). E seu parecer foi aprovado na terça-feira, seguindo com urgência para a última etapa de votação.

Na avaliação de Armando Monteiro (PTB-PE), há hoje consciência de que a concessão desenfreada de incentivos do principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), provocou concorrência predatória entre os estados para atrair investimentos, perda significativa de receita e insegurança jurídica às empresas beneficiadas.

Muitos desses convênios foram feitos sem aprovação



Ferraço garantiu isonomia fiscal aos setores; para Armando, projeto dá segurança jurídica às empresas; e Serra levantou questão de ordem para Eunício responder

do e de vários outros senadores é que o projeto será aprovado no Plenário. “Vamos encerrar esse capítulo da guerra fiscal”, acredita o senador, que já presidiu a Confederação Nacional da Indústria e foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na gestão de Dilma Rousseff.

Igual confiança tem o relator, Ferraço. Para ele, o projeto resolve a guerra do ICMS, con-

valida os incentivos concedidos sem aprovação do Confaz e estabelece regras de transição para que o país possa migrar para outro modelo de estímulo aos investimentos.

Embora a tendência seja pela aprovação, existe uma questão pendente que pode gerar polêmica no Plenário. Nesta fase da tramitação, valida os incentivos concedidos sem aprovação do Confaz e estabelece regras de transição para que o país possa migrar para outro modelo de estímulo aos investimentos. Mas José Serra (PSDB-SP) levantou questão de ordem que deve ser respondida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Para Serra, houve alteração de mérito na redação de Ferraço ao artigo 9º do substitutivo da Câmara (SCD 5/2017), que trata do enquadramento como subvenção para investimento dos benefícios concedidos às empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 78 milhões. Apesar de ser uma parcela pequena do universo de empresas do país, cerca de 3%, são exatamente as companhias de maior porte.

Divergências

Segundo o consultor do Senado da área tributária, Daniel Carvalho, divergências na interpretação desse enquadramento têm gerado situações de litigiosidade tanto no Carf quanto na Justiça.

Pois a parte que não for considerada subvenção de investimento acaba sujeita à tributação federal, incidindo Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS-Pasep e Cofins. A redação do parecer de Ferraço tenta dirimir essas divergências e evitar que a Receita possa lançar mão de pareceres antigos da década de 1970, como o 112/1978, conforme explicação do consultor.

O texto que foi articulado

Perda estimada para os estados com a guerra do ICMS está na ordem de R\$ 60 bi por ano

Essa decisão do STF, se aprovada, transformaria esses benefícios em dívidas tributárias. Além disso, há muitos questionamentos na Justiça e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre cobranças da Receita.

Portanto, diante desse cenário de litigiosidade, incertezas e prejuízos, a aposta de Arman-

do e de vários outros senadores é que o projeto será aprovado no Plenário. “Vamos encerrar esse capítulo da guerra fiscal”, acredita o senador, que já presidiu a Confederação Nacional da Indústria e foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na gestão de Dilma Rousseff. Igual confiança tem o relator, Ferraço. Para ele, o projeto resolve a guerra do ICMS, con-

valida os incentivos concedidos sem aprovação do Confaz e estabelece regras de transição para que o país possa migrar para outro modelo de estímulo aos investimentos.

Prazo de vigência dos novos benefícios	
até 15 anos	agropecuária, indústria, infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e transporte urbano
até 8 anos	atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo operação praticada pelo contribuinte importador
até 5 anos	manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real remetente da mercadoria
até 3 anos	operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura
até 1 ano	demaís setores

Fonte: PLS 130/2014 — Complementar e SCD 5/2017

pelo senador Luiz Henrique, morto em 2015, a partir de projeto de lei complementar (PLS 130/2014) de Lúcia Vânia (PSB-GO) promoveu mudanças importantes. Primeiro, acabou com a exigência de aprovação unânime do Confaz, substituindo por quorum de dois terços das unidades federadas e com o requisito de que as cinco regiões do país estejam representadas com pelo menos um terço dos estados de cada uma delas votando a favor do convênio.

Convalidação

Outro ponto crucial foi perdoar os créditos tributários de ICMS decorrentes da guerra fiscal, regularizando os convênios ilegais. Além disso, o texto definiu prazos de vigência tanto para os benefícios concedidos à revelia do Confaz quanto para os novos incentivos, com diferenciação dependendo da atividade econômica (ver tabela acima).

Essas medidas foram mantidas na Câmara, que focou no seu substitutivo dar transparência às informações dos convênios. Exigiu, por exemplo, que os estados informem e mantenham atualizados os dados sobre os convênios e seus benefícios no portal do Confaz na internet.

Mas os deputados fizeram alterações relevantes, que exigiram o retorno do projeto a sua Casa de origem. Substituíram a punição imposta pelo Senado de perda dos efeitos do convênio para o estado que descumprir a nova legislação, atingindo diretamente as

empresas beneficiadas, pelas restrições definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, como vedar as transferências voluntárias da União, a concessão de garantias do Tesouro Nacional e contratação de operações de crédito. A Câmara eliminou a possibilidade de um estado adotar benefício igual ao de outro da mesma região (ver quadro abaixo).

Isonomia

Talvez a mudança mais importante feita pelo parecer de Ferraço tenha sido rejeitar os parágrafos do substitutivo da Câmara que estipulavam redutores graduais nos benefícios, privilegiando determinados setores, como agropecuária, indústria e investimentos em infraestrutura de transportes, na avaliação de especialistas da área fiscal.

Esses setores, conforme o parecer de Ferraço, teriam benefícios integrais pelo prazo de 15 anos, “contados da produção de efeitos do futuro convênio”. O relator resgatou o texto original do Senado, garantindo a isonomia fiscal.

Outra providência que o projeto assegura é prazo de 180 dias, a partir da publicação da lei, para o Confaz aprovar os convênios, regularizando-os.

Para Armando Monteiro, o país precisa substituir os incentivos de ICMS por benefícios fiscais federais. Além disso, lembra que os instrumentos para atrair investimentos estão mudando de natureza, no mundo, priorizando fatores como infraestrutura e capital humano.

Quadro comparativo

ASSUNTO	TEXTO APROVADO PELO SENADO	TEXTO APROVADO PELA CÂMARA
▶ Mudança da exigência de unanimidade para aprovar no Confaz convênios para benefícios do ICMS	✓ SIM	✓ SIM
▶ Prazo limite para vigência dos benefícios	✓ SIM	✓ SIM
▶ Redução gradativa dos benefícios ao longo de sua vigência	✗ NÃO	✓ SIM*
▶ Possibilidade de o estado aderir ao benefício concedido por outro estado da mesma região	✓ SIM	✗ NÃO
▶ Perda de efeitos do convênio para o estado em caso de infração	✓ SIM	✗ NÃO
▶ Aplicação das sanções da LRF para o estado infrator, como vedar recebimento de transferências voluntárias federais, obtenção de garantia do Tesouro Nacional e contratação de operações de crédito	✗ NÃO	✓ SIM
▶ Benefício fiscal de tributos federais (IRPJ, CSLL e PIS-Cofins) — subvenção para investimento	✗ NÃO	✓ SIM

* Salvo para agropecuária, industrial e de infraestrutura. Parecer da CAE excluiu os redutores para todos, pois não pode haver exceções apenas para alguns setores. Fontes: PLS 130/2014 – Complementar, SCD 5/2017 e Consultoria Legislativa do Senado

Congresso votará LDO e verba para passaporte

Senadores e deputados vão se reunir antes do recesso para decidir sobre diretrizes orçamentárias e liberação de recursos para retomada da emissão do documento, disse Eunício

O CONGRESSO DEVE votar antes do recesso parlamentar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 e o crédito suplementar de R\$ 102,4 milhões para regularizar as emissões de passaportes, afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

A sessão do Congresso está marcada para quarta-feira, às 19h. Para votar a LDO (PLN 1/2017) e a verba extra para os passaportes (PLN 8/2017), os senadores e deputados terão que analisar primeiro 15 vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Congresso. Os vetos trancam a pauta.

Eunício relatou que conversou na quarta-feira com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, com o relator da LDO, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), e com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Dário Berger (PMDB-SC), para resolver a questão dos passaportes.

— Não tinha reunião do Congresso Nacional prevista. Vou fazer uma reunião, de certa forma, extraordinária. Se a LDO ficar pronta, e o



Eunício (C) pretende votar LDO na quarta, se texto ficar pronto, ou na próxima segunda-feira, véspera do início do recesso

presidente [Rodrigo Maia] diz que é possível fazer isso até o dia 13, eu farei no próprio dia 13 a reunião do Congresso Nacional. Senão, vou convocar reunião do Congresso para o dia 17 pela manhã para que a gente possa votar extraordinariamente esse recurso para resolver a questão dos passaportes, da Polícia Federal, e resolver também a questão da LDO.

O PLN 8/2017 foi enviado às pressas ao Congresso pelo governo federal no dia 27 de junho, para reforçar o orçamento da Polícia Federal em R\$ 102,4 milhões e permitir a retomada da emissão de passaportes até o final do ano. A emissão está suspensa por falta de recursos.

O texto recebeu voto favorável do relator, deputado Delegado Francischini (SD-PR),

após o governo concordar em retirar os recursos do Tesouro Nacional, e não do Ministério da Educação, como previsto inicialmente.

Em relação à LDO de 2018, o prazo para apresentação de emendas terminou na quarta-feira. Foram apresentadas 1.751 emendas ao texto da proposta e 847 ao anexo de metas e prioridades.

Pelas regras da CMO, o re-

latório só pode ser votado três dias úteis após a disponibilização do texto, o que obrigava o relator do projeto, deputado Marcus Pestana, a avaliar as emendas e entregar o texto até ontem.

Vetos

Entre os vetos que podem ser analisados, está o imposto à lei que instituiu a Identificação Civil Nacional (ICN), criada com o objetivo de unificar os cerca de 20 documentos de identificação usados no Brasil e dificultar a falsificação. Um dos dispositivos vetados é o que garantia a gratuidade da nova identificação e o artigo que dava à Casa da Moeda a exclusividade para implantação e fornecimento do documento.

Outro veto em pauta foi feito à lei que altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC — Lei 13.417/2017). Entre outras alterações, o novo texto aprovado pelo Congresso havia incluído a exigência de sabatina no Senado para aprovação do diretor-presidente da EBC. A obrigatoriedade foi vetada pelo presidente Michel Temer.

Senado analisa reforma trabalhista e nova procuradora-geral da República

Depois de mais de dois meses de debates e 864 emendas de senadores apresentadas, o Senado deve concluir amanhã, a partir das 11h, no Plenário, a votação da reforma trabalhista. O PLC 38/2017 será votado na forma do texto aprovado pela Câmara, pois os relatores, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR), não aceitaram nenhuma das sugestões de mudança defendidas por senadores não só da oposição, mas também da base governista. Entretanto, há a promessa de que o presidente Michel Temer vetará os pontos mais polêmicos da proposta.

Na quinta-feira, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que a discussão do PLC já foi encerrada. Amanhã, acrescentou, os líderes de partidos e de blocos partidários poderão encaminhar a votação, que é quando o líder orienta a bancada para aprovar ou rejeitar o projeto. Não haverá discursos de senadores que não são líderes. Em

seguida, haverá a votação nominal por parte dos senadores e o resultado será divulgado logo depois.

Dando continuidade aos trabalhos, as emendas que receberam parecer contrário deverão ser votadas em globo, e, provavelmente, em votação simbólica. Todas têm parecer pela rejeição. A partir daí, o Plenário passará a votar as emendas destacadas para votação em separado pelos partidos ou blocos. A votação de cada destaque poderá ser encaminhada pelas lideranças.

Individualmente, cada senador pode pedir para que uma emenda ao projeto seja destacada para votação em separado. No entanto, para que esse tipo de requerimento seja apreciado, é preciso a concordância da maioria do Plenário, o que dificilmente ocorre. Já os destaques apresentados pelos partidos ou blocos têm de ser obrigatoriamente colocados em votação. Partidos que têm entre 3 e 8 senadores podem apresentar

1 destaque; entre 9 e 14 senadores, 2 destaques; partidos com mais de 14 senadores, 3 destaques.

Se alguma alteração for aprovada pelos senadores, o PLC terá de voltar para nova análise da Câmara dos Deputados. Caso os senadores confirmem o texto sem mudanças, o projeto seguirá para sanção presidencial no dia seguinte.

Chefe do MPF

Na quarta-feira à tarde, o Plenário pode confirmar o nome da subprocuradora-geral da República Raquel Dodge como nova chefe do Ministério Público Federal. A indicação (MSF 37/2017) será analisada antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na manhã do mesmo dia, quando Raquel fará uma exposição inicial e responderá a perguntas dos senadores.

Após a sabatina acontecerá a votação, que é secreta. A decisão final constituirá o parecer da CCJ e será enviada para o

Plenário independentemente do resultado. Lá, a procuradora precisará de pelo menos 41 votos para ser aprovada para assumir, a partir de setembro, o cargo de procuradora-geral da República.

Aviação

Também pode ser votado na quarta o PLS 434/2011, que regulamenta a profissão de aeronauta. O projeto já havia sido aprovado no fim de 2014 e retornou com alterações da Câmara dos Deputados, que o Senado precisa confirmar. Depois disso o texto seguirá para a sanção presidencial.

Outro projeto é o que unifica a alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação. O PRS 55/2015, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê a redução de 25% para 12% do teto do ICMS do querosene de avião em todos os estados. O tributo incide só sobre voos domésticos. Se aprovado, o texto seguirá para promulgação.

Parlamentos de língua portuguesa fazem intercâmbio técnico com o Brasil

Na semana passada, servidores dos parlamentos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Portugal e São Tomé e Príncipe participaram de atividades de intercâmbio técnico com o Senado e a Câmara dos Deputados brasileiros. Os participantes do 1º Encontro dos Quadros de Administração, Finanças e Recursos Humanos dos Parlamentos de Língua Portuguesa consideraram que

as metodologias de gestão e democratizantes que conheceram podem ser úteis em seus países.

O economista Edgar Correia, da Assembleia Nacional de Angola, citou o papel moderador que a instituição cumpre na transição política do país. O diretor financeiro da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Virgílio Gonçalves, entende que o Congresso brasileiro optou por se abrir “totalmente” à sociedade, o que contribui

para uma percepção melhor da política. Técnica da assembleia cabo-verdiana, Silvana Rocha quer atuar na implantação do sistema de transmissão on-line. Para a advogada moçambicana Raquel Taiela, o banco de horas e a gestão de planos de saúde seriam um grande avanço para seu país. O técnico Eduardo Corte-Real, do Timor-Leste, citou o desafio de se atualizar na gestão da tecnologia da informação.



A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka (E), com participantes do encontro